

COMISSÃO DE SAÚDE

PROJETO DE LEI Nº 1.984, DE 2025

Institui Programa Nacional de Prevenção à Sarcopenia, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), com foco na prevenção e tratamento da sarcopenia.

Autor: Deputado PROF. REGINALDO VERAS

Relatora: Deputada IZA ARRUDA

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em comento visa a instituir, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Programa Nacional de Prevenção à Sarcopenia, com incentivo à prática regular de atividade física, orientação nutricional, avaliação e monitoramento da composição corporal e força muscular. O programa é destinado prioritariamente a: idosos em situação de baixa renda inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico); pessoas com doenças crônicas de risco elevado ou sinais de perda de massa muscular em situação de baixa renda; pessoas com deficiência que tenham risco de perda de massa muscular; indivíduos em pós-tratamento de doenças graves que causem perda muscular significativa; outros grupos que necessitem.

Prevê benefícios fiscais para academias e centros credenciados que forneçam profissionais de educação física qualificados e registrados para orientar atividades físicas, podendo o Poder Executivo estabelecer núcleos em espaços públicos, especialmente aos fins de semana e feriados, garantindo a acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, onde serão ofertadas atividades físicas orientadas, com equipamentos



acessíveis, sob coordenação de profissionais qualificados contratados ou voluntários vinculados ao programa.

Dispõe que o Poder Executivo elabore regulamento, definindo critérios de credenciamento, parâmetros técnicos para avaliação física, prescrição e acompanhamento das atividades; e diretrizes para a avaliação e orientação nutricional dos beneficiários, podendo o programa firmar parcerias com instituições de ensino superior, especialmente cursos de Educação Física, Fisioterapia e Nutrição, para que estudantes atuem como estagiários supervisionados.

Determina ainda que o Poder Executivo:

— publique anualmente relatório de avaliação do programa, com número de beneficiários por estado; frequência média mensal dos participantes; indicadores de saúde relevantes, como redução de quedas e hospitalizações e índice de indivíduos com recomposição da massa muscular; relatório de impacto econômico no SUS; nível de satisfação dos beneficiários com o programa; análise da efetividade das diferentes estratégias implementadas; e propostas de aperfeiçoamento e expansão do programa.

— busque fontes de financiamento adicionais, além da dotação própria, para garantir a ampla execução do programa.

— poderá viabilizar a disponibilização de suplementos nutricionais, medicamentos e terapias hormonais conforme protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

A proposição tramita em regime ordinário, sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões de Saúde; de Finanças e Tributação (Art. 54 RICD); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Nesta Comissão não foram apresentadas emendas no prazo regimental.



II - VOTO DA RELATORA

A sarcopenia figura nas atualizações da Classificação Internacional de Doenças desde 2018, sob o código M62.84, mas ainda é insuficientemente conhecida e entendida pelos profissionais de saúde em geral. Entende-se por sarcopenia a perda progressiva e generalizada de massa, força e função muscular. A condição é fortemente associada ao envelhecimento e ao agravamento de doenças crônicas, e entre suas consequências estão aumento do risco de quedas, hospitalizações, dependência funcional, redução da qualidade de vida e maior mortalidade.

As intervenções precoces, consistindo em estímulo à atividade física regular orientada, acompanhamento nutricional adequado e monitoramento clínico, são eficazes para retardar ou mesmo reverter esse processo, trazendo impactos positivos tanto para a saúde individual quanto para a sustentabilidade do SUS, pela redução de internações e complicações associadas.

A proposição em análise acerta ao priorizar grupos vulneráveis, que apresentam maior risco e menor acesso a medidas preventivas. Também é meritório o incentivo à integração multiprofissional, envolvendo profissionais de educação física, fisioterapia e nutrição, além da aproximação com universidades e centros de ensino, o que favorece a inovação e o fortalecimento da rede de atenção.

No que concerne a aspectos orçamentários e de constitucionalidade, a análise será feita pelas Comissões competentes. A esta Comissão de Saúde, importa reconhecer que a proposição contribui de forma significativa para a prevenção, promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida da população brasileira, especialmente os idosos — faixa etária que todos almejam atingir — e aqueles com maior vulnerabilidade social.



Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.984, de 2025, no âmbito da Comissão de Saúde.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada IZA ARRUDA
Relatora

